

---

**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
**Universidade do Estado do Pará**  
**Belém-Pará- Brasil**

---



---

Revista Cocar. V.21 N.39 / 2024. p. 1-19

ISSN: 2237-0315

---

**Educação escolar indígena potiguara: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais**

*Potiguara indigenous school education:  
pedagogical practices of teachers for the visibility of ancestral identity and knowledge*

Larissa Gorgonho Soares da Silva Verissimo  
Francisco José Pegado Abílio  
**Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**  
João Pessoa – Brasil

**Resumo**

A educação escolar indígena apresenta inúmeros desafios, além de um percurso histórico de luta e resistência dos seus direitos e visibilidade em um contexto de marginalização. Seguindo tal direção, este artigo objetiva analisar as práticas pedagógicas realizadas pelos docentes das disciplinas específicas Potiguara (Etno história, Arte e cultura e Tupi) do Ensino Médio, bem como os materiais curriculares e didáticos, identificando a presença dos saberes ancestrais e a visibilidade da identidade indígena na escola Índio Pedro Máximo de Lima, localizada na aldeia Três Rios (Marcação/Paraíba). Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando o método do estudo de caso. Para a coleta de dados, é utilizada a pesquisa documental, com procedimentos da análise de conteúdo do tipo categorial.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena; Saberes Ancestrais Potiguara; Identidade Potiguara.

**Abstract**

Indigenous school education faces numerous challenges, in addition to a historical journey marked by struggles for rights and visibility within a context of marginalization. This research investigates the pedagogical practices implemented by teachers of Potiguara-specific subjects (Ethnohistory, Art and Culture, and Tupi) in high school, as well as the curricular and instructional materials used. It aims to identify the integration of ancestral knowledge and the visibility of Indigenous identity at Pedro Máximo de Lima Indigenous School, located in the village of Três Rios (Marcação/Paraíba). This study adopts a qualitative approach, using a case study method. Data collection is conducted through document analysis, with procedures based on categorical content analysis.

**Keywords:** Indigenous School Education; Potiguara Ancestral Knowledge; Potiguara Identity.

## **1 Introdução**

Inicialmente, adoto a primeira pessoa nessas palavras introdutórias para melhor evidenciar alguns elementos que são fundamentais para este artigo. Sou pesquisadora, professora de Educação Escolar Indígena e pertencente à etnia Potiguara, trazendo em meu sangue de mulher indígena a missão de estudar e valorizar a minha cultura ancestral. A Educação Escolar Indígena está presente em minhas raízes culturais e profissionais enquanto professora da Escola Indígena, e moradora da aldeia Três Rios/Marcação-PB. Assim, sinto satisfação e orgulho em tecer essas palavras que são frutos do trabalho de dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação (atualmente em fase de desenvolvimento).

A história da educação escolar indígena no Brasil apresenta diversos desafios, dentre os quais está a marca contínua do processo colonial, que ainda persiste em ser naturalizado hodiernamente. A educação como a conhecemos é considerada um instrumento de colonização, pois é estabelecida logo após a vinda dos jesuítas, em 1549, e fundada nos ensinamentos religiosos cristãos de catequização e doutrinação dos povos originários, utilizando a imposição da cultura e dos saberes dos colonizadores (Vasconcelos, 2023). Essa estrutura educacional resultava no apagamento sistemático do conhecimento e das práticas culturais dos indígenas. Um exemplo, dentre tantos, foi a Língua Tupi Antigo, utilizada como meio de comunicação por muitos povos e que passou a ser utilizada apenas como instrumento de transmissão de conteúdos europeus e no auxílio do aprendizado da Língua Portuguesa por imposição do colonizador (Silva, 2024).

Nesse horizonte de luta e resistência, a educação escolar indígena apresenta diferentes processos e conflitos que se referem às práticas pedagógicas do ensino-aprendizagem. A colonização constituiu um marco teórico e prático que provocou uma significativa defasagem cultural. Por isso, o movimento indígena brasileiro foi primordial na promulgação das leis que definiram a educação escolar indígena. A partir de 1988, com a promulgação da Carta Magna, a Constituição Federal Brasileira, fruto da organização de movimentos indígenas na busca dos direitos pela existência e permanência da identidade cultural e plural dos povos originários, garantiu-se o Referencial Curricular para as Escolas Indígenas (RCNEI), lançado pelo Ministério da Educação em 1997.

Contudo, este artigo, fruto de uma pesquisa vinculada à linha de pesquisa de processos de ensino e aprendizagem do Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba, foca nas práticas pedagógicas de professores que atuam nas disciplinas específicas Potiguara, que são: Etno história, Arte e cultura e Tupi. O campo de pesquisa é a educação escolar indígena Potiguara, desenvolvida na Escola Índio Pedro Máximo de Lima, que é localizada na aldeia Três Rios (Marcação/Paraíba).

Esta pesquisa é constituída por uma análise documental, com utilização de fontes primárias dos materiais curriculares da escola Indígena Pedro Máximo de Lima, bem como os materiais didáticos das disciplinas específicas culturais Potiguara. O presente artigo está organizado em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, uma breve contextualização é apresentada sobre o povo Potiguara e os saberes ancestrais, seguindo para a definição da educação indígena, da educação escolar indígena e das particularidades das disciplinas específicas culturais analisadas. Em seguida, através dos materiais coletados, são analisadas as práticas pedagógicas de docentes das disciplinas específicas Potiguara (Etno história, Arte e cultura e Tupi), identificando a presença dos saberes ancestrais e a visibilidade da identidade indígena. Nas considerações finais, o texto apresenta desafios para uma agenda de reconstrução desse setor e a garantia do direito à educação indígena Potiguara específica e diferenciada.

## **2 Meu povo potiguara: história, tradição e cultura**

Não há como falar de qualquer espaço da Paraíba sem incluir a marca dos povos indígenas Potiguara, que desde antes da invasão portuguesa habitam essas terras. Eles são uma referência de cultura forte e contínua, predominante em todo o processo histórico paraibano (Vasconcellos, 2023). Além de estarem ligados à família linguística Tupi, os Potiguara também detêm o domínio da língua portuguesa devido ao contato com a sociedade não-indígena e buscam continuamente revitalizar essa língua nativa na educação escolar indígena (Cardoso; Guimarães, 2012).

O povo Potiguara está localizado no litoral norte da Paraíba, havendo um total de 20 mil indígenas entre os habitantes dos municípios de Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto e é formado por 13 aldeias localizadas na Baía da Traição, 16 aldeias no município de Marcação e 4 aldeias na cidade de Rio Tinto. Em questão de divisão territorial, os Potiguara se dividem em três Terras Indígenas (TI) que são oficialmente reconhecidas como: Terra Indígena de São

## *Educação escolar indígena potiguara: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais*

Miguel, Terra Indígena de Jacaré de São Domingos e Terra Indígena de Monte-Mor (Silva, 2024).

Os Potiguara são considerados como os únicos, dentre as demais etnias indígenas do Brasil, que permanecem no mesmo local desde o período da colonização, que iniciou em 1.500 (Cardoso; Guimarães, 2012). A permanência aconteceu devido a uma forte resistência diante de invasores que buscavam a conquista do território. Porém, os Potiguara ainda estão em luta pelas suas terras e pelas suas vidas.

### **3 A educação indígena e a educação escolar indígena: contrapontos e retrocessos**

Nesse contexto de luta, resistência e revitalização, está a educação indígena e a educação escolar indígena. Abordá-las é sempre um desafio, pois envolve processos que mais complexos, uma vez que elas são as principais aliadas na continuidade dos princípios basilares que rodeiam o pertencimento que os povos originários desenvolveram durante toda sua jornada em nosso território.

A educação escolar indígena Potiguara apresenta uma trajetória histórica desde a chegada dos colonizadores e catequizadores Jesuítas ao Brasil, que implementaram uma educação exclusivamente voltada a fins de doutrinação dos povos originários que sempre habitaram esta terra (Ghirdelli, 2015). Esses povos originários Potiguara, antes mesmo do processo de colonização, já possuíam sua própria forma de educar e transmitir seus saberes às crianças através de uma aprendizagem espontânea em que a criança ou jovem observa os adultos praticarem as atividades corriqueiras nas aldeias, como é exemplificado pelos autores Santos (2017) e Silva (2020).

Também é relatado por Santos (2017) e Silva (2020) que a educação indígena, diferente da educação escolar indígena, se dava por toda a vida, ou seja, mesmo depois da fase adulta os indígenas davam continuidade à educação por viverem em uma comunidade gerada por uma economia natural e de subsistência. Entretanto, após a invasão dos colonizadores europeus, foi imposta uma educação na qual era presente o apagamento sistemático da cultura ancestral.

De acordo com Ribeiro (2022), cabia aos indígenas servir o senhorio e, assim, eles eram escravizados em sua própria terra. Somente a partir dos anos 70 iniciam as reivindicações dos movimentos indígenas para uma educação escolar diferenciada e específica que pudesse

revitalizar os saberes ancestrais que foram descontextualizados e marginalizados durante o período da colonização no Brasil (Côrtes, 2023).

Considerando esses aspectos, após anos de luta empreendida pelos povos originários, foram obtidas conquistas significativas na forma de documentos e legislações que possibilitam a implementação de uma educação escolar indígena intercultural. Dentre esses documentos, destacam-se os seguintes: 1 - Criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) de 1910; 2 - Reformulação da LDB de 1996; 3 - Constituição Federal de 1988; 4 - Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de 1998; 5 - Referencial para a Formação de Professores Indígenas (RFPI) de 2002; 6 - Lei 11.645 de obrigatoriedade da prática e ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena de 2008.

A Educação Escolar Indígena e suas diversidades culturais é reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que garantiu aos povos indígenas a oferta de uma educação escolar intercultural e bilíngue, especialmente nos artigos 32, 78 e 79:

Art. 32 – 3º - O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem [...] Art. 78 – O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas [...] Art. 79 – A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa [...]

Tais artigos, respaldados pela LDB (1996), preconizam a responsabilidade primordial da União em assegurar aos povos indígenas o direito à afirmação de sua cultura, por meio de métodos pedagógicos específicos. Além disso, ainda deixa em destaque o total comprometimento com o auxílio recuperação de suas memórias, à reafirmação de suas identidades étnicas e à valorização de suas línguas.

Entretanto, em consonância com a legislação vigente, a União absteve-se da garantia de comprometimento com essa modalidade de ensino, repassando tal missão aos governos municipais e estaduais. Porém, segundo a LDB, as três esferas governamentais vigentes têm o dever e a obrigatoriedade de atuarem em favor da comunidade.

Sobre as ações educativas da educação escolar indígena, elas são norteadas pelas Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Ensino da Paraíba (Portaria nº 349 de 02 de março de 2021) e construídas pela Secretaria de Estado da Educação, Ciências e

## *Educação escolar indígena potiguara: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais*

Tecnologia (SEECT). A SEECT afirma que essas diretrizes são adaptadas de acordo com a realidade e necessidade da instituição escolar, tendo a participação contínua de todos os profissionais da educação de cada unidade de ensino. Entretanto, esse documento é destinado, de forma geral, a todas as escolas estaduais, sem a definição de recursos específicos para as escolas estaduais indígenas.

Essas escolas têm sido orientadas de maneira semelhante às modalidades de ensino não indígenas, cabendo a cada instituição trilhar seus próprios caminhos e possibilidades para desenvolver uma educação específica, fundamentada nos princípios interculturais de sua comunidade. Os documentos e leis acima citados nos dão os subsídios necessários para a consolidação e a criação do currículo da educação escolar indígena para que os professores desta categoria de ensino possam desenvolver uma educação escolar indígena voltada para o fortalecimento da identidade cultural por uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária, ofertada pelos sistemas de ensino das secretarias de educação do país para as comunidades indígenas em favor da revitalização da identidade histórica. Esses são frutos da organização de múltiplos movimentos indígenas na busca pelos direitos de existência e permanência da identidade cultural e plural dos povos originários.

### **4 As disciplinas específicas Potiguara**

Na Escola Índio Pedro Máximo de Lima, o maior exemplo de flexibilização do currículo é a implantação das disciplinas específicas culturais de Etno história, Arte e cultura e Tupi, inseridas no conteúdo de formação dos estudantes matriculados. Essas disciplinas específicas culturais são disponibilizadas apenas nas escolas indígenas Potiguara, as quais são complementadas com disciplinas específicas criadas e moldadas de acordo com a escola e com a comunidade. Tais disciplinas foram construídas a partir de repetidas mobilizações da comunidade, de acordo com seus anseios e necessidades, na tentativa de fortalecer os saberes ancestrais não apenas nas demais disciplinas curriculares, mas com um foco maior nas disciplinas específicas. Assim, somando essas disciplinas aos ensinamentos convencionais do ensino regular como: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Língua Espanhola, Matemática, Geografia, Física, Química, Biologia, Ciências, Educação física e História.

As disciplinas específicas culturais que são inseridas no currículo da educação escolar indígena trazem à tona características de pertencimento étnico e protagonismo da cultura dos Potiguara em todo o processo de ensino-aprendizagem. A criação dessas três disciplinas

(Etno história, Arte e cultura e Tupi) resultou em um aumento na quantidade de disciplinas específicas nas instituições indígenas vizinhas que oferecem carga horária integral.

A prática do ensino da língua materna dos Potiguara, o Tupi, nas escolas indígenas, ainda está em um longo processo de construção. Essa inclusão no currículo permite que o ensino da Língua Tupi seja complementado pela Língua Portuguesa através de especificidades para esta categoria de ensino desenvolvida nas instituições Potiguara que está inserida na área de linguagens.

Apesar da Língua Tupi ter sido proibida em diversos momentos do avanço colonial sobre o território Potiguara, alguns textos escritos em Tupi ainda foram preservados em locais como igrejas, museus e universidades em todo o Brasil e até mesmo no exterior. Dentre esses textos preservados, se encontravam os vocabulários, gramáticas e até mesmo cartas trocadas por indígenas Potiguara no período da Invasão Holandesa no nordeste brasileiro no século XVII (Silva, 2024).

De acordo com Silva (2024), somente a partir do ano 2000 foi iniciada uma formação para os docentes da língua Tupi para atuarem nas escolas indígenas Potiguara. Esta formação foi ministrada pelo professor da USP Eduardo de Almeida Navarro com o apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na cidade de Baía da Traição. Após dois séculos da colonização, os Potiguara puderam resgatar e aprender a língua falada por seus ancestrais, o Tupi Antigo, chamada hoje de língua Tupi Potiguara.

À luz do ensino da Língua Tupi nas disciplinas de Etno história e Arte e cultura nas escolas indígenas Potiguara, essas áreas de conhecimento são essenciais para o fortalecimento dos saberes ancestrais indígenas. A Etno história apresenta aos estudantes indígenas a história e a trajetória de seu próprio povo. A disciplina de Arte e cultura tem como principal objetivo ir além do convencional ensino de artes das escolas tradicionais. O propósito dessa disciplina é valorizar as tradições, os costumes e os hábitos dos Potiguara, como o Toré, a pintura corporal, as letras das músicas, os ritmos e muitos outros elementos que compõem o universo Potiguara (Silva, 2024).

## **5 Resultados dos documentos curriculares das disciplinas específicas Potiguara**

Com base na coleta de dados realizada nos materiais curriculares das disciplinas específicas Potiguara, foi possível identificar os documentos estratégicos presentes na escola Pedro Máximo, que norteiam a prática docente nas disciplinas específicas como: I - Projeto Político Pedagógico da instituição escolar pesquisada; II - Planos de Curso das referidas

## *Educação escolar indígena potiguar: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais*

disciplinas e III - Materiais Didáticos, que os docentes utilizam em seu cotidiano para planejamento de suas práticas pedagógicas.

Para fundamentar nosso artigo, utilizamos a análise de conteúdo categorial (Bardin, 2022), organizando os documentos identificados em quadros que apresentam resultados preliminares. Esses quadros serviram como suporte para constatações e evidências acerca da realidade vivenciada neste contexto escolar, tanto em seus aspectos teóricos quanto práticos. A elaboração dos respectivos quadros organizou-se em níveis hierárquicos: a “Categoria”, tema mais abrangente, definida a partir das palavras-chave extraídas dos objetivos desta pesquisa; em seguida, as “Subcategorias”, que representam temas menos gerais que a “Categoria”; posteriormente, as “Constituintes”, que são temas específicos incluídos nas subcategorias; e, por fim, as “Subconstituintes”, identificadas como palavras-chave contidas nas constituintes e relacionadas a termos presentes neste contexto e nos documentos analisados.

Para cada subconstituente existem frequências e estas dividem-se em duas: a “Absoluta” (FA), que expressa em números a quantidade de vezes que cada subconstituente é identificada. Já a outra é a Relativa (FR), que representa a porcentagem de cada subconstituente na relação com todas as frequências absolutas, como no exemplo (Quadro 01).

### **6 Projeto Político Pedagógico (PPP)**

**Quadro 01-** Categorização do PPP da Escola Índio Pedro Máximo de Lima.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CONSTITUINTE	SUBCONSTITUINTE	FREQUÊNCIAS	
				FA	FR%
Práticas Pedagógicas	Conjunto de ações intencionais	Presença da cultura Potiguar	Cultura	70	39%
			Potiguar	10	5,6%
			Indígena	48	26%
			Educação específica/diferenciada	4	2,2%
Saberes Ancestrais Potiguar	Ancestralidade Potiguar	Aspectos dos saberes ancestrais	Saberes ancestrais	1	0,5%
			Anciões	1	0,5%
			Comunidade	34	19%
			Disciplinas específicas	1	0,5%
Identidade Potiguar	Autorreconhecimento identitário	Relações de compartilhamento da identidade	Identidade	6	3,3%
			Autorreconhecimento	2	1,1%
			Etnia	1	0,5%
<b>Total de frequências</b>				<b>178</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** quadro organizado pelos autores, 2024.

A partir das subconstituintes mais citadas no material relacionadas com as principais categorias de “Práticas Pedagógicas”, “Saberes Ancestrais Potiguar” e “Identidade

Potiguara”, foram identificados percentuais significativos. Esses percentuais despertam atenção, pois as palavras-chave selecionadas representam conceitos fundamentais para a construção da educação escolar indígena. A análise das subconstituintes, como “Cultura”, “Potiguara” e “Indígena”, presentes na categoria “Práticas Pedagógicas”, indica uma predominância e maior incidência quantitativa desses termos no documento.

Esse resultado evidencia que os elementos culturais têm um papel central no desenvolvimento das práticas pedagógicas, compondo um conjunto de fatores inter-relacionados que sustentam essa definição. Entretanto, na subconstituente “Educação específica/diferenciada”, é constatada uma inferioridade de frequência, com percentual de apenas 2,2%. Isto nos leva a compreender a complexidade dos fenômenos inerentes a ela, uma vez que ela é pouco discutida. Esta subconstituente está enraizada como um dos principais termos utilizados para caracterização da educação escolar indígena em todos os documentos e leis encontrados para a sua construção, como a exemplo do Referencial Curricular Nacional das Escolas Indígenas (RCNEI) de 1988 e o Referencial para a Formação de Professores Indígenas (RFPI) de 2002, mas encontra-se quase que apagada no documento central de regência da Escola Pedro Máximo.

Os documentos do Marco Legal da Educação Escolar Indígena destacam a importância da caracterização da educação escolar indígena de acordo com os seus princípios, ou seja, uma educação específica e diferenciada. Essa definição é sustentada pelos materiais, que a caracterizam como específica para a modalidade de ensino e diferenciada pela incorporação da cultura e dos saberes indígenas. Na categoria de “Saberes Ancestrais Potiguara”, são destacadas as subconstituintes: “Saberes ancestrais”, “Anciões”, “Comunidade” e “Disciplinas específicas”. Dentre essas subconstituintes, apenas “Comunidade” apresenta maior representatividade quantitativa, ressaltando a importância da participação comunitária na escola. Em contraste, outras subconstituintes, como “Saberes ancestrais”, “Anciões” e “Disciplinas específicas”, são mencionadas em apenas 0,5% dos casos. Tais termos são considerados fundamentais para a visibilidade dos saberes ancestrais Potiguara e estão pouco evidenciados no PPP da escola. Os anciões são “guardiões da memória e das tradições” (Nascimento, 2012, p. 20), cuja presença é necessária e deve ser revitalizada neste ambiente escolar.

Na categoria de “Identidade Potiguara”, encontram-se as subconstituintes “Identidade”, “Autorreconhecimento” e “Etnia”, palavras que são potencialmente

## *Educação escolar indígena potiguara: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais*

relacionadas com o compartilhamento da identidade do sujeito Potiguara e sua afirmação étnica. Porém, esses termos também estão apagados no documento estratégico de uma escola indígena.

Estas constatações refletem uma reconfiguração necessária para uma maior visibilidade dos saberes ancestrais indígenas e da identidade cultural indígena em seus processos étnicos e raciais e nas suas formas teóricas e práticas da educação escolar indígena.

Firmeza (2022) corrobora isso quando diz que:

há certos arranjos escolares que precisam ser reconfigurados. É preciso respeitar esse tempo intimamente imbricado à natureza e às cosmo-percepções ancestrais, como gerador de transformações nas práticas da educação escolar indígena. Isso implica abandonar "as aulas protocolares de cinquenta minutos" [...] A escola está no caminho, se faz com a cheia e a seca. A escola é o próprio caminhar, é a travessia entre a Baixa, o rio Maú, o Teso, a Serra do Cruzeiro, a Serra do Sol, a Serra do Urubu, o Igarapé Inamará, uma escola viva que se incorpora na existência dos curumins (Firmeza, 2022, p. 22-23).

O conhecimento fragmentado e descontextualizado presente no PPP da Escola Pedro Máximo pode revelar um processo lento de educação específica e diferenciada que aprisiona as raízes que emergem das furnas ancestrais do meu povo, da minha comunidade. É necessário que, desde os documentos basilares e as efetivações nas práticas pedagógicas, sejam implementados processos contínuos que se entrelacem com ambos os saberes e práticas que estão à mercê de descontextualizações que perpassam traços coloniais. Além desses, outros fatos são apontados no PPP da escola, como a falta da inserção de projetos já elaborados pelo corpo docente e a falta dos planos de cursos dos professores que ainda não haviam sido enviados para a coordenação.

O PPP destaca que o ensino médio está voltado para a preparação do mercado de trabalho, mas que trabalho seria este? A informação não é revelada, o que nos leva a evidenciar a falta de clareza dos fatos mencionados. Logo mais, são citados elementos que valorizam a cultura indígena, trazendo à tona alguns recursos da identidade, história e diversidade dos saberes Potiguara. Quanto as disciplinas específicas Potiguara, que compõem o objeto desta pesquisa, elas são sutilmente mencionadas como disciplinas garantidas e mantidas na educação escolar indígena.

Em momento algum é destacada a relevância dessas disciplinas como um componente curricular ou a sua valorização e habilidades que precisam de evidência. Essas disciplinas são inseridas para o desenvolvimento de práticas culturais indígenas, mas não são visibilizadas no

PPP da Escola Pedro Máximo. Tendo em vista tais elementos, é perceptível a necessidade de inclusão dos elementos indígenas no documento, bem como os valores indígenas que podem, e devem, ser ampliados, mesmo que seja afirmada autonomia enquanto escola indígena:

A escola indígena por possuir a autonomia ao que corresponde ao Projeto Político Pedagógico, possui a sua diversidade das escolas convencionais, buscando a literatura da própria comunidade indígena para o âmbito institucional. Diante desta realidade cabe à escola desenvolver e promover a construção do conhecimento, da autonomia, da cidadania através de um processo pautado em uma prática pedagógica dialética, contextualizada e inclusiva visando aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem (PPP, 2024, p.05).

Nesta perspectiva, há dúvidas sobre a autonomia das escolas indígenas e, desde então, as obrigações legais e governamentais relacionadas aos desejos e necessidades culturais da comunidade escolar são mencionadas. Entretanto, não é evidenciado quais são as suas autonomies e quais são os contextos incluídos que visam e priorizam os saberes ancestrais indígenas.

Neste ponto há a necessidade de mais visibilidade desses componentes curriculares no documento do PPP. Apesar de serem disciplinas que possuem um maior foco nos saberes ancestrais e estarem inseridas em uma modalidade de ensino que prioriza o desenvolvimento da cultura indígena, seria mais interessante uma parte dedicada apenas à valorização e à visibilidade da relevância destas disciplinas específicas culturais e suas principais habilidades vigentes.

### **7 Planos de curso das disciplinas específicas Potiguara**

Diante dos processos analíticos de documentos curriculares que cercam o âmbito escolar das disciplinas específicas Potiguara, são detalhadas algumas compreensões e pertinências presentes nos planos de curso das disciplinas específicas (Quadro 02). Entretanto, pontua-se que recebemos o plano de curso apenas das disciplinas de Arte e cultura e Tupi. Desse modo, as respectivas análises foram realizadas com os documentos disponíveis. O professor de Arte e cultura nos enviou o plano referente a turma do 9º ano do Ensino Fundamental II e afirmou que aplica tal plano nas turmas do Ensino Médio sem adaptação. O professor de Tupi indicou o plano para o 1º ano do Ensino Médio como aplicável aos demais anos. Abaixo está o quadro no qual apresentamos a análise de conteúdo referente aos dois documentos.

*Educação escolar indígena potiguara: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais*

**Quadro 02:** Categorização dos planos de curso das disciplinas específicas Potiguara de Arte e cultura e Tupi.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CONSTITUINTE	SUBCONSTITUINTE	FREQUÊNCIAS	
				FA	FR%
<b>Práticas Pedagógicas</b>	Conteúdos propostos	Presença da cultura Potiguara	Cultura Potiguara	47	45%
			Cultura Digital/ TDIC	20	19%
			Produções artísticas contemporâneas/ Obras clássicas	14	13%
			Língua materna	2	1,9%
<b>Saberes Ancestrais Potiguara</b>	Ancestralidade Potiguara	Aspectos dos saberes ancestrais	Ritual do toré	5	4,8%
			Narrativas indígenas	3	2,8%
			Comunidade	5	4,8%
<b>Identidade Potiguara</b>	Autorreconhecimento identitário	Relações de compartilhamento da identidade	Identidade	3	2,8%
			Etnia	2	1,9%
			Autorreconhecimento	3	2,8%
<b>Total de frequências</b>				104	100%

Fonte: quadro organizado pelos autores, 2024.

A partir da análise dos planos de curso das disciplinas específicas Potiguara de Arte e cultura e Tupi, foi possível fazer um panorama de elementos que os circundam. Ao comparar os dois materiais, percebemos que eles apresentam divergências em suas construções, pois seguindo uma leitura minuciosa, aprofundada e exaustiva para a categorização das principais categorias identificadas em tais documentos, foi constatado que o plano de curso da disciplina de Arte e cultura apresenta quase uma inexistência de palavras que se encaixam nas possíveis propostas deste trabalho, uma vez que existem argumentos e propostas específicas para uma disciplina não-indígena, o que difere do material da disciplina de Língua Tupi, que apresenta um maior desempenho em sua produção, metodologia e propostas didáticas a serem seguidas com os princípios da cultura Potiguara.

Essas ausências nos fizeram retornar para a proposta inicial de criação das disciplinas específicas Potiguara, pois essas disciplinas, nas escolas indígenas, foram organizadas para serem responsáveis pelo fortalecimento dos saberes ancestrais indígenas (Silva, 2024). A Etno história apresenta aos estudantes indígenas a história e a trajetória do próprio povo. Já a disciplina de Arte e cultura tem como principal objetivo valorizar as tradições, os costumes e os hábitos dos Potiguara, como o Toré, a pintura corporal, as letras das músicas, os ritmos e diversos outros elementos que compõem o universo Potiguara. A Língua Tupi Potiguara

estuda a língua materna dos Potiguara na busca por uma revitalização desta língua que tem sido marginalizada e descontextualizada desde a colonização.

Diante do plano de curso da disciplina de Arte e cultura, nós podemos observar que apesar da disciplina ser direcionada especificamente para a arte e a cultura indígena, há uma grande predominância da arte não-indígena em todo o material. Como exemplo disso, temos um trecho extraído da ementa da disciplina de Arte e cultura:

Conceito de arte. Estudo das linguagens artísticas e história da arte como instrumento de comunicação. Introdução de períodos básicos na linha do tempo da história da arte; necessário para a construção do conhecimento da cultura em aspectos gerais envolvendo leitura, vivência e experiências dentro das práticas dinâmicas pictóricas da produção artística em suas várias possibilidades de suportes. Funções comunicativas, expressivas e socioculturais. Ampliando o repertório de conhecimentos sobre os aspectos históricos, socioculturais, gêneros artísticos e suas diversas técnicas com temas referentes à arte clássica e contemporânea (Plano de curso da disciplina de Arte e cultura, 2024, p. 01).

A partir desse recorte, é evidente a presença da cultura colonialista em todo o texto, destacando a cultura ocidental e gerando uma invisibilidade da identidade indígena. Portanto, não agrega de maneira propositiva ao reconhecimento dos saberes ancestrais indígenas. A educação bancária (Freire, 2013) ou educação para o indígena (Melià, 1979), foi uma educação escolar implantada nas comunidades indígenas no período de colonização, que possui como principal objetivo naturalizar os costumes eurocêntricos nos territórios colonizados. A partir dos processos de transmissão de valores e costumes, é estabelecido um tipo de educação que busca silenciar a identidade indígena. Desse modo, mesmo havendo indicação de práticas que tornam visíveis os saberes indígenas em tal documento, ainda é forte a presença da cultura ocidental.

Após a leitura do plano de curso da disciplina de Tupi, houve uma contradição significativa referente ao plano de Arte e Cultura. Este, por sua vez, engloba de maneira evidente os saberes ancestrais indígenas de todas as formas possíveis. A predominância da cultura indígena no documento é destacada no trecho da ementa da disciplina:

A língua Tupi, também chamada Tupi Potiguara é rica e serve plenamente para todos os usos que dela se queira fazer. Os estudantes das escolas Potiguara devem ter acesso ao conhecimento da língua materna deste povo, pois este idioma está presente em diversos contextos socioculturais dos estudantes, tais como no ritual do Toré, músicas, lendas, histórias, nomes de coisas, pessoas e lugares, etc. A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o status de língua plena e de colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira de 1988 (Plano de curso da disciplina de Tupi, 2024, p. 01).

## *Educação escolar indígena potiguara: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais*

Esses elementos se relacionam com a subconstituente em maior frequência da “Presença da cultura Potiguara” no quadro 03, que ganha maior destaque e emerge em todo o documento com suas variações e exemplificações da cultura Potiguara. Esta constatação nos leva a uma maior visibilidade das práticas pedagógicas, inseridas neste contexto, com os elementos da cultura Potiguara e suas ramificações.

Quanto a escola indígena, segundo o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998, p. 24), para se construir como tal, precisa seguir algumas bases: ser comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada. Neste contexto, comunitária porque a comunidade indígena deve decidir sobre o que ensinar, como ensinar, por que ensinar, quem deve ensinar e o melhor período para ensinar. Isso nos dá subsídios para uma autonomia que é aparentemente cedida à escola indígena em seu processo educacional ao qual a comunidade é submetida. Ela também deve ser “Intercultural”, na qual o estudante indígena, em seu processo escolar, deve ser levado a relacionar os dois mundos culturais: o indígena e o não indígena, partindo, assim, para a construção da sua identidade indígena. Portanto, no currículo escolar das escolas indígenas e, prioritariamente, na prática de sala de aula, deve ser previsto o trabalho com a diversidade cultural, destacando as diferenças socioculturais, linguísticas e históricas de seu povo.

Neste contexto, o RCNEI (1998) vem discutindo tal questionamento e traz os seguintes apontamentos:

A linguagem é, quase sempre, o meio mais importante através do qual os povos constroem, modificam e transmitem suas culturas. É por meio do uso da linguagem que a maneira de viver de uma sociedade é expressa e passa, constantemente reavaliada, de uma geração para outra. Os modos específicos de usar a linguagem são, por isso, como documentos de identidade de um povo num determinado momento de sua história (RCNEI, 1998, p. 113).

Destaca-se a maneira em que a linguagem que se é utilizada para transmitir a cultura é necessária para um melhor desenvolvimento, desde que através dessa linguagem possa haver elementos que valorizem os costumes e identidade do seu povo, viabilizando os princípios que os norteiam e desconsiderando linguagens descontextualizadas que fujam do delineamento de seus objetivos.

A partir da abordagem acima mencionada, destacou-se as diversidades metodológicas, práticas da educação indígena e suas peculiaridades presentes em todo o material. Dessa forma, além das subcategorias e categorias gerais que fundamentam as

questões da pesquisa, observa-se a significativa contribuição do professor para a promoção da visibilidade e valorização da identidade indígena e dos saberes ancestrais. O material em análise também desempenha um papel essencial na efetivação das práticas pedagógicas em sala de aula.

### 8 Livros didáticos das disciplinas específicas potiguara

Para uma validação mais robusta dos resultados preliminares da pesquisa, apresentamos uma análise dos principais livros utilizados pelos docentes, os quais se destacaram como um material essencial em suas práticas pedagógicas (Quadro 05, 06 e 07). Os professores indicaram os seguintes livros: “História, cultura e sustentabilidade do vale do Mamanguape” (Pereira, 2020) para a disciplina de Arte e cultura; “Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba” (Cardozo; Guimarães, 2012) para a disciplina de Etno história; “Tupi Potiguara Kuara” (Silva, 2024) para a disciplina de Tupi.

**Quadro 03:** Categorização dos materiais didáticos das disciplinas específicas Potiguara

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	CONSTITUINTE	SUBCONSTITUINTE	FREQUÊNCIAS	
				FA	FR%
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	Conteúdo proposto	Presença da cultura Potiguara	Povo Potiguara	680	51%
			Indígena	389	29%
			Educação específica/diferenciada	50	3,8%
SABERES ANCESTRAIS POTIGUARA	Ancestralidade Potiguara	Aspectos dos saberes ancestrais	Anciões	55	4,19%
			Comunidade	52	3,9%
			Narrativas indígenas	10	0,76%
			Memórias	20	1,5%
IDENTIDADE POTIGUARA	Autoreconhecimento identitário	Relações de compartilhamento da identidade	Identidade	26	1,9%
			Autoafirmação	20	1,5%
			Etnia	10	0,76%
<b>Total de frequências</b>				1,312	100%

Fonte: quadro organizado pelos autores, 2024.

Entre os resultados apresentados no quadro acima, destacam-se as frequências mais elevadas nas categorias selecionadas e os desempenhos relativamente superiores em questionamentos que abordam a cultura Potiguara e suas especificidades atuais, que emergem de materiais utilizados como apoio pelos docentes

Todos os materiais selecionados são produzidos por autores, organizadores ou participantes Potiguara que estão presentes na comunidade e/ou na educação escolar indígena Potiguara. O material mais recente utilizado é o livro *Tupi Potiguara Kuara* (Silva, 2024), considerado essencial pelo professor da Língua Tupi. Esse material é de autoria do

*Educação escolar indígena potiguara: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais*

referido professor, juntamente com os demais professores da educação escolar indígena. O livro foi publicado no ano de 2024 e nos indica uma conquista vitoriosa para o povo Potiguara por desenvolver o fortalecimento e a visibilidade da identidade indígena Potiguara. Esse livro tem um suporte teórico e metodológico tanto para as especificações, vocabulários e classificações gramaticais da língua Tupi, quanto para o seu percurso histórico e identitário, conectando-se aos saberes ancestrais Potiguara locais, e ainda traz contribuições de anciões e lideranças importantes para o povo e propostas de atividades a partir da realidade cotidiana dos estudantes indígenas.

O livro “História, Cultura e Sustentabilidade do Vale do Mamanguape” (Pereira, 2020) utilizado pelo professor de Arte e Cultura nos guiou para a identificação de um material voltado para a realidade cotidiana da educação escolar indígena com algumas propostas de atividades que contribuem para a visibilidade da identidade indígena. O livro revelou ser um bom recurso e auxílio para a efetivação das aulas da disciplina com a inclusão e valorização dos saberes ancestrais.

Apesar disso, esse ainda é um material que poderia ser mais expandido em suas propostas didáticas, pois poucas atividades são aplicadas na escola. O livro é dividido em 200 páginas e três capítulos, com propostas didáticas indicadas no final de cada capítulo. Há descrições e contações de histórias durante o percurso de todo texto. A obra foi construída por professores da Universidade Federal da Paraíba, com a significativa contribuição de professores e estudantes indígenas.

O livro utilizado pela professora de Etno história nos indicou um recurso que valoriza e desenvolve a cultura indígena Potiguara em seus aspectos de convivência com os anciões e representantes da cultura na comunidade. Entretanto, o livro não apresenta nenhuma proposta didática. Além de conter nele o mapeamento das aldeias e território Potiguara, ele também é composto por um material com o recurso de informações textuais descritivas das ações históricas do povo Potiguara e laborado por pesquisadores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), com a colaboração de professores, anciões, lideranças e comunidade indígena Potiguara.

Os livros usados pelos professores, e analisados nessa pesquisa, são direcionados para as mesmas subcategorias e categorias gerais e são destinados a elementos que ligam o mundo científico à realidade da comunidade indígena Potiguara, trazendo a visibilidade da

identidade e saberes ancestrais a serem praticados na educação escolar indígena. Entretanto, embora esses materiais busquem fortalecer a identidade e os saberes ancestrais indígenas, ainda carecem de uma abordagem específica para cada disciplina, com propostas de atividades e metodologias direcionadas, especialmente no contexto do Ensino Médio. Somente o material “Tupi Potiguara Kuara” (2024) apresenta uma especificidade maior para a disciplina de Tupi, com potencial de aplicabilidade em outras áreas. Por outro lado, os materiais voltados para as disciplinas de Etno história e Arte e cultura ainda se limitam a pesquisas e descrições do povo, sem metodologias de ensino estruturadas para o contexto escolar.

A Educação Escolar Indígena e suas diversidades culturais é reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a qual garantiu aos povos indígenas a oferta de educação escolar intercultural e bilíngue, especialmente nos artigos 32, 78 e 79 que afiança a educação escolar indígena em sua efetiva construção de materiais didáticos específicos e diferenciados para cada disciplina. Porém, vemos uma contradição na prática escolar na Escola Pedro Máximo, onde há a falta de materiais específicos para as disciplinas que tiveram sua criação pautada no fortalecimento da identidade e saberes ancestrais Potiguara.

### **9 Considerações finais**

Diante do caminho percorrido neste artigo com a análise das práticas pedagógicas de docentes das disciplinas específicas Potiguara (Etno história, Arte e cultura e Tupi), bem como a busca dos materiais curriculares e didáticos para a identificação da presença dos saberes ancestrais e da visibilidade da identidade indígena na Escola Índio Pedro Máximo de Lima, localizada na aldeia Três Rios (Marcação/Paraíba), resalto o aprendizado adquirido ao conviver, na condição de pesquisadora, com docentes dedicados e resilientes que atuam no ensino de disciplinas culturais específicas indígenas.

A realidade vivenciada pelos docentes das disciplinas específicas Potiguara, através das análises de materiais curriculares e didáticos, me leva a constatar as grandes dificuldades enfrentadas no âmbito educacional. A comunidade está à mercê da falta de material específico, da falta de apoio pedagógico e da falta de formação continuada específica. Apesar disso, os docentes buscam individualmente os anciões da sua comunidade, os quais são considerados como o recurso de maior sabedoria para suas propostas de aulas e suas fontes de pesquisas.

## *Educação escolar indígena potiguara: práticas pedagógicas de docentes para a visibilidade da identidade e saberes ancestrais*

Portanto, partindo dessas experiências, é notável a necessidade de uma ampliação de visibilidade perante órgãos governamentais e dentro da própria comunidade, especialmente com as novas gerações. Nos documentos legais analisados, tais órgãos devem garantir o cumprimento das leis efetivadas nas políticas públicas, que indicam um total suporte para contribuições em formações e materiais específicos. A educação escolar indígena, que é considerada uma modalidade de ensino recente no contexto educacional, se revela como fruto de muitas lutas e resistências na busca de uma educação específica e diferenciada e que valorize os saberes tradicionais indígenas do chão da comunidade Potiguara.

Tendo em vista tudo isso, cabe a toda equipe escolar da instituição estudada, dentre docentes, gestores e coordenação pedagógica, agir de maneira conjunta sobre essas ações e articularem propostas de reivindicações para garantia de seus direitos definidos nas políticas públicas, que, de certa forma, não estão sendo efetivadas. Este processo requer um longo percurso, partindo de possibilidades dialogadas entre esses agentes educacionais.

### **Referências**

- BARDIN, Lourence. **Análise de conteúdo**. 70. ed. Portugal: Editora Lisboa, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para as escolas indígenas**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: [https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei\\_programa\\_ufmg2019.pdf](https://www.ufmg.br/copeve/Arquivos/2018/fiei_programa_ufmg2019.pdf). Acesso em: 03 nov. 2024.
- BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula; Laced, 2019.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 03 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 03 nov. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental, terceiro e quarto ciclos: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei n. 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 03 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5**, de 22 de junho de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena na educação básica. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN52012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN52012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio). Acesso em: 03 nov. 2024.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro (org.) **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/ CGETNO/CGGAM, 2012. Disponível em: [http://cggamgati.funai.gov.br/files/5314/0735/8761/Etnomapeamento\\_dos\\_Potiguara\\_da\\_Paraiba.pdf](http://cggamgati.funai.gov.br/files/5314/0735/8761/Etnomapeamento_dos_Potiguara_da_Paraiba.pdf). Acesso em: 03 nov. 2024.

CÔRTEZ, Clelia Neri. **Educação escolar indígena: resistência ativa e diálogo interculturais**. São Paulo: Edufba, 2023.

FIRMEZA, Yuri. **Composto escola: Comunidades de sabenças vivas**. São Paulo: N-1 edições, 2022.

MUNDURUKU, Daniel. **O Banquete dos deuses**. 2. ed. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, José Mateus (org.). **Etnoeducação Potiguara: pedagogia da existência e das tradições**. João Pessoa: Editora ideia, 2012.

PEREIRA, Atônio Alberto. **História, cultura e sustentabilidade do Vale do Mamanguape**. UFPB, João Pessoa, 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SILVA, José Romildo Araújo. **Tupi Potiguara Kuapa**. Mamanguape: CBL, 2024.

VASCONCELOS, Lúcio Flavio. **Paraíba colonial: guerra, resistência indígena e domínio imperial**. Cjazeiras : Arribaça, 2023.

## Sobre os autores

### Larissa Gorgonho Soares da Silva Verissimo

Mulher indígena Potiguara, Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB). Professora de Língua Portuguesa do Governo do Estado da Paraíba da Educação Escolar Indígena Potiguara. E-mail: [larissagorgonho@gmail.com](mailto:larissagorgonho@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3176-9210>

### Francisco José Pegado Abílio

Professor Titular do Departamento de Metodologia da Educação do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Ciências Biológicas pela UFPB (1994), licenciado em Ciências Biológicas pela UFPB (2001), Mestre em Ciências Biológicas (Zoologia) pela UFPB (1997), Doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar - São Paulo) (2002) e Pós-Doutor em Educação (Educação Ambiental) pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT - Cuiabá, 2011). Email: [chicopegado@yahoo.com.br](mailto:chicopegado@yahoo.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7217-4849>

Recebido em: 04/11/2024

Aceito para publicação em: 04/12/2024